

Roubar, não pode mais

O ESTADO DE S.PAULO



O contraste fica cada vez mais evidente. De um lado, uma tradição de oito anos de pacífica e ostensiva convivência com a malversação de recursos públicos, encorajada nos ombros largos da governabilidade. De outro, uma completa desavida no Ministério dos Transportes, provocada pelas recentes denúncias de irregularidades praticadas desde que aquela pasta se transformou, no governo petista, em braço do Partido da República (PR), componente da base aliada. "Saíram todos, independentemente de endereços partidários", garantiu a presidenta Dilma Rousseff em entrevista exclusiva concedida a cinco jornais de grande circulação, no mês de julho.

ele o ministro herdeiro do governo anterior e os diretores dos dois principais órgãos vinculados à pasta, o Dnit e a Valepar. Naturalmente, pelas viárias e ferroviárias, talvez mais que a do próprio Nascimento. As denúncias do Dnit, que resistiu a manobras, apontaram, em fevereiro, ao governo apoio explícito a gestores petistas dentro de Lula, violando o que o ministro-geral da Presidência, Nelson Jobim, havia afirmado em uma reunião com a imprensa.

cusos diante das crises políticas que tem enfrentado nos seus primeiros meses de governo – todas elas alimentadas por suspeitas e denúncias

no governo e de suas divergências com o antecessor. "Eu entendo que dá chance de crise, mas de que ruptura vocês estão falando? Com o que vocês se comportar com o governo?". E procurou se comportar com o governo.

tro de olho nas eleições presidenciais de 2014, às quais se tem o candidato mais votado, Lula, não se sa de repetir o que dele, pelo menos por enquanto, só se poderia esperar protestos de sólida identificação com o governo.

A faxina não pode parar

O ESTADO DE S.PAULO



A varrição em curso no Ministério dos Transportes ganhou proporções políticas novas com a decisão da presidente Dilma Rousseff de incluir entre os exonerados funcionários cujos nomes não tinham aparecido

to, devia seus empregos – com as vantagens e oportunidades neles embutidas – aos caçiques da legenda, a começar do deputado mensaleiro Valdemar Costa Neto, secretário-geral da agremiação e dono de um empreendimento. Outro patrono, naturalmente, era o então ministro do Meio Ambiente, Alfredo

companheiro Hideraldo Caron, do PT gaúcho, diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit. Uma obra a cargo do organismo, a duplicação de um trecho de 348 quilômetros entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem um histórico de 23 contratos assinados e 268 aditivos. O empreendimento, que já consumiu perto de R\$ 1,5 bilhão, está cercado por suspeitas de superfaturamento. Para se ter ideia, o custo de R\$ 1,5 bilhão de uma obra de R\$ 1,5 bilhão, não é o mesmo.

tella. Para não agravar o estrago, o que o partido quer é que os futuros ocupantes dos cargos perdidos pelo menos não tenham carteirinhas de outras agremiações. Quer que a presidente troque seis por meia dúzia, mantendo com novos nomes os velhos frutos da legenda. E quer que a ditadura não vá ainda mais longe, atingindo os seus apadrinhados, por exemplo, nas superintendências regionais do Dnit. O prestígio dos padrinhos políticos, como se sabe, se constrói a partir das bases locais: é onde eles demonstram ser têm ou se lhes falta capacidade de premiar lealdades. No caso, não é pouca coisa.

traste, até aqui, entre a atualidade e o antecessor que a es. O máximo a que a sua gente pedir que ela não humilhe o se entenda com ele. Dado o do entendimento, sua uma coção em termos. Lula estaria de que a frente governista ngresso se vingue mais adiante ma pelo "rito sumário" das sões. Se essa é a razão do seu o forto – e não a quebra do p impunidade que armou com dos –, eis mais uma evidên que, na sua visão rimbada da ca, apoio ou se compra ou se jamais se mantém pela persua traçado de limites para a bat. De todo modo, depois do que Dilma só pode ir adiante. Qu outra atitude será percebida p nico pública como um recuo o realização – e sem nenhum g vista das relações da presiden a sua inquieta base parlament

A campanha da mídia "sadia" contra o mal da corrupção

Como disse o padre Antônio Vieira, "lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos"

ESTÁ EM CURSO mais uma guerra para salvar o Brasil da praga da corrupção. Dos editoriais e artigos da grande mídia conservadora parte a fuzilaria. "A faxina não pode parar", diz *O Estado de S. Paulo*, jornal com longa tradição na prática de apontar a ladroagem como um dos grandes males do País e, no caso do editorial citado, dando o mote para uma campanha de denúncias.

A faxina "deve ser geral e irrestrita", porque revela "um estardalhaço repertório de irregularidades", de "fraudes em licitações, desvios de verbas, superfaturamentos, cobranças de propinas e etc.", diz um articulista do diário *O Globo*. "É urgente estabelecer parâmetros que impeçam a leniência com o desvio do dinheiro do contribuinte", disse ainda outra articulista, do mesmo jornal. Ela se mostrou disposta, inclusive, a estimular a indignação popular contra a roubalheira, não somente por meio de seus textos, mas em palestras e atividades do dia a dia.

A grande mídia conservadora é, indiscutivelmente, a vanguarda desse combate. De modo geral, procura apresentar a campanha moralista como tendo nascido de uma novidade nos governos liderados pelo PT - no caso, a substituição de Luiz Inácio Lula da Silva por Dilma Rousseff na Presidência. "Roubar não pode mais", diz o título do editorial do *Estadão*, que busca sintetizar o significado da mudança: com Lula, podia-se roubar; com a presidente Dilma, "não pode mais".

Até agora, a mídia derrubou quatro ministros do novo governo: Antônio Palocci, da Casa Civil; Alfredo Nascimento, dos Transportes; Nelson Jobim, da Defesa; e Wagner Rossi, da Agricultura. A queda de Jobim ocorreu após a publicação de declarações suas consideradas depreciativas sobre a presidente, a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvati, à revista mensal *Piauí*. Pode-

se argumentar que eram declarações irrelevantes, cujo significado foi politizado indevidamente com a publicação na revista. Mas as três outras quedas partiram de denúncias específicas de corrupção feitas pela grande mídia e seguidas de enxurradas de matérias na mesma linha:

- a de Palocci, a partir de matéria da *Folha de S.Paulo* apontando o fato de ele ter amealhado 20 milhões de patrimônio em prazo curto;
- a de Nascimento, com matéria da revista *Veja* que acusava o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de cobrar propina de 5% do valor do contrato das empresas que ganhavam suas licitações;
- e a de Rossi, que começou com a matéria, também de *Veja*, que apontou um lobista que seria próximo do ministro e teria livre trânsito no Ministério da Agricultura e que teria sido flagrado distribuindo dinheiro a funcionários. ►

Uma quarta queda estava em curso em meados do mês passado, a do ministro do Turismo, Pedro Novaes, após a prisão - divulgada com grande estardalhaço - em meados de agosto, de 36 pessoas, inclusive do secretário-executivo do ministério, Frederico Silva da Costa. Os presos foram algemados e exibidos para os jornais pela Polícia Federal (PF), no aeroporto de Brasília. No presídio onde ficaram, no Amapá, foram fotografados sem camisa, e seis deles apareceram assim nas primeiras páginas de um jornal local e da *Folha de S.Paulo* e d'*O Globo*, nas edições de 13 de agosto. Antes disso, os jornais impressos e os telejornais divulgaram trechos selecionados de conversas dos acusados obtidas de gravações telefônicas feitas pela PF. Destacados jornalistas da grande mídia consideraram que esses trechos provavam cabalmente a culpa dos que haviam sido presos. "Os ministérios dos Transportes, da Agricultura e do Turismo estão dando uma verdadeira aula de corrupção. Tudo é claro, didático, objetivo. E escancarado, despudorado, como mostram as gravações da Polícia Federal", disse uma editora da *Folha de S.Paulo*.

Em nenhum momento essa editora destacou o fato, público e notório, já demonstrado por *Retrato do Brasil*, por exemplo, de que setores da PF, da grande mídia e mesmo alguns promotores e juizes já há tempos são participantes de uma combinação grotesca de injustiça e mau jornalismo. Investigações são editadas de forma a produzir escândalo. Não se dá oportunidade de defesa aos acusados, desrespeita-se o princípio básico do devido processo legal. E pela grande exposição dessas "verdades" nos jornais e na TV são condenados prévia e moralmente os que deveriam ser antes investigados. Se inocentes, frequentemente essas vítimas não têm mais condições de se livrar do dano sofrido.

É compreensível que a grande mídia comporte-se assim. Há muito tempo boa parte da imprensa do grande capital aumentou o tamanho do título de suas manchetes e passou a cultivar os escândalos, viver deles, faturar com eles. E em função de seus interesses e de suas crenças, transforma esses escândalos nas questões centrais da vida do País, degrada o debate, semeia a descrença numa solução coletiva e

empurra a política para a vala do mais ralo conservadorismo.

Condenar a corrupção é sempre um pré-requisito para a boa atividade política. No entanto, não se acaba com a corrupção por essa via da falsa moral conservadora que logo delata supostos ladrões sem se preocupar em primeiro caracterizar precisamente o delito. O que se ganha condenando o ex-ministro Palocci como corrupto? Ao que tudo indica, nada, porque isso sequer é verdadeiro, no sentido mais legítimo da palavra: ele parece ter amealhado sua fortuna rápida em obediência estrita a todos os ditames legais. No caso da denúncia contra ele, o mais importante, como já escrevemos, foi o papel que ele desempenhou no sentido de armar

Setores da polícia, da mídia e mesmo da Justiça e do MP são participantes de uma combinação grotesca de injustiça e mau jornalismo: os acusados não podem se defender e, se são inocentes, o dano é irreparável

a ascensão do PT ao governo por cima, com apoio da grande finança. Para esse setor, toda a fortuna que Palocci amealhou não passa de migalha diante dos enormes resultados que obtém no Brasil.

No caso dos Transportes, o que se ganhou com a reação precipitada da presidente ao demitir a cúpula dos dois principais órgãos do ministério, o Dnit e a Valec - a empresa encarregada da construção de ferrovias federais -, logo após as denúncias de *Veja* de que os empresários são levados a pagar uma espécie de pedágio pelas obras que ganham? A nosso ver, nada, também. Primeiro porque a grande mídia sabe mais do que ninguém que esse é um dos mecanismos de financiamento das cam-

panhas políticas pelos empresários, que foi transformado em lei depois do escândalo das contribuições clandestinas que eles fizeram para levar Fernando Collor de Mello a derrotar Lula na campanha eleitoral de 1989.

Segundo porque tudo indica que um grande escândalo no Dnit, afinal, não existe. A denúncia é improcedente no essencial. A revista semanal da Editora Abril e outras publicações apegaram-se ao fato de que centenas de contratos de obras do Dnit e da Valec tiveram aditivos que elevaram os seus preços e vários deles estão sendo investigados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Isso provaria a corrupção. Mas essa conclusão foi desmentida categoricamente no Congresso pelo novo ministro, Paulo Passos, que fazia parte da equipe antiga, do colegiado que examinava e decidia sobre as licitações e no qual - tudo indica - havia muita gente, como ele, honesta e competente.

Passos admitiu que há problemas no Dnit. Mas mostrou que os aditivos decorrem da forma atual das licitações. As obras são avaliadas e contratadas a partir de um projeto básico, preliminar. E são construídas a partir de projetos executivos, detalhados, desenvolvidos e executados posteriormente, com preços frequentemente inflacionados. Passos defendeu o trabalho do Dnit, de seus técnicos e de dirigentes, que serão de grande valia se o Brasil quiser, de fato, reconstruir e ampliar as suas infraestruturas rodoviária e ferroviária. Disse que, a menos que haja uma mudança na legislação atual sobre essas contratações, os aditivos são essenciais para que as obras não parem. Em 2010 foram feitos 967 aditivos em obras de rodovias. Na primeira metade de 2011 já foram 550.

O que se ganhou, finalmente, com as denúncias que derrubaram Rossi (PMDB-SP) do Ministério da Agricultura? O novo ministro, Mendes Ribeiro (PMDB-RS), é de outra qualidade, melhor? A Commerce, empresa nacional de comercialização de grãos apontada pela grande mídia como "campeã de leilões da Conab", a companhia nacional de abastecimento, foi favorecida por Rossi e será penalizada? Deixará de vender à Conab 100 mil toneladas de milho, como no leilão recente no qual competiu com as multinacionais Bunge, Cargill, ADM e Dreyfus, que venderam entre meio milhão e mais de 2 milhões



Reportagens de *Veja*, *Época* e *IstoÉ*: pernicioso forma de combate à corrupção que, propagada por TV e rádio, molda a opinião pública

de toneladas cada uma e - vamos supor - são honestíssimas? Também será penalizada a Ourofino, empresa de Cravinhos (SP), área de influência política de Rossi, em cujo jatinho o ministro viajou duas vezes? A Ourofino é produtora de vacina contra a febre aftosa, líder das empresas de capital nacional no setor de produtos para a saúde animal. Recebeu 39 milhões de reais de financiamentos da Finep, a apoiadora federal para o desenvolvimento tecnológico do País. Trata-se de um financiamento indevido, como alguns jornais sugerem?

A impressão que se tem ao ler a nota de resposta da Ourofino ao noticiário sobre ela publicado em alguns grandes jornais é a de que o jornalismo de sua assessoria de imprensa é de melhor qualidade que o da grande mídia. Esse é o caso também, deve-se dizer, da nota da Agência Nacional de Petróleo (ANP) em resposta à matéria de capa da revista *Época* que acintosamente, sem prova alguma, qualificou a agência como uma "central de achaque e extorsão". Basicamente, toda a matéria de *Época* foi apoiada em declarações de duas pessoas que a revista apresentou como "assessores" da ANP, mas que, como disse nota da agência, "nunca pertenceram sequer a [seu] quadro efetivo, nem ocuparam cargos comissionados que lhes permitissem representar a instituição".

Ao procurar uma saída para o problema criado pela pernicioso forma de

combate à corrupção da grande mídia, é preciso evitar a tentativa de se construir uma saída falsa, administrativa e policial. Não se pode censurar a grande mídia, imaginar que ela deixará de ser como é e de agir na defesa de seus interesses. E, ao mesmo tempo, não se pode subestimá-la. Ela exerce uma

É preciso construir uma imprensa que observe melhor o País e suas reais questões. Que não transforme notícias de pequenos crimes numa campanha que confunde os espíritos e se desvia de nossos problemas maiores

influência ampla: cada uma das poucas grandes empresas de mídia do País tem dezenas de profissionais, comandados por uma equipe de editores por bem ou por mal afinados com o pensamento de seus padrões conservadores, com enorme capacidade de pesquisa, de

elaboração de ideias, de aglutinação de intelectuais, de ampla influência. Os grandes jornais diários e revistas semanais, especialmente, têm um alcance maior porque suas informações e ideias acabam formando a chamada opinião pública ao se reproduzir pelo rádio, pela TV, na internet e nas conversas do povo em geral.

É preciso constituir uma imprensa alternativa à do grande capital. Isso não é tarefa fácil, como se vê pela história do País. O maior esforço nesse sentido, que levou à formação da cadeia de jornais *Última Hora*, fundada pelo jornalista e empresário Samuel Weiner no início dos anos 1950 com o apoio do presidente Getúlio Vargas, foi destruído pelo golpe militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart.

Mas é realmente necessário tentar construir uma imprensa que observe o que se passa no País com mais precisão. Que não transforme as notícias dos pequenos crimes que são cometidos todos os dias numa campanha voltada para confundir os espíritos e produzir uma má política, mas que se volte para combater nossos problemas maiores.

No combate à corrupção é preciso lembrar o padre Antônio Vieira, o grande pregador seiscentista português. Ele citava o grego Diógenes, que, quando via uma malta de justiceiros a conduzir alguém para a forca, dizia: "Lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos." ■